

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NORTE DO ESPÍRITO SANTO – CIM NORTE/ES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026  
CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2026.501C2600012.01.0008

**ALPER ENERGIA S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **09.388.615/0001-01**, sede na Rua: Alameda Caiapos, 900, Tamboré, Barueri - SP, CEP: 06460-110, endereço eletrônico: [carlos.sanjar@alper.com.br](mailto:carlos.sanjar@alper.com.br), representada neste ato por seu representante legal, Carlos Lavini Sanjar, CPF: 282.187.708-0, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, conforme expõe, fundamenta e requer a seguir:

### DA TEMPESTIVIDADE

A presente é tempestiva, pois, o edital prevê até 03 dias úteis anteriores a data de abertura da sessão para impugnação, logo conclui - se que a impugnação do recorrente é tempestivo.

A garantia constitucional ilustra que qualquer decisão proferida em processo administrativo deve, necessariamente, sob pena de nulidade, observar o *devido processo legal*, garantindo, sempre, o contraditório e a ampla defesa, assegurando a todos o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos e ilegalidade.

### DA PRELIMINAR

A impugnante é empresa prestadora de serviços operacionais de iluminação pública em Led em órgãos públicos e privados, muito conhecida no meio em que atua desde 2008.

Assim, deseja participar da licitação.

Ocorre, que o presente edital deve ser rígido pelas regras da nova lei de licitações nº14.133/2021, sob pena de nulidade.

As exigências técnicas descritas no **Termo de Referência e Planilha Orçamentária** (itens relativos às luminárias de iluminação pública), descritas abaixo:

- O **Grau de proteção IP67** para todo o conjunto das luminárias (inclusive projetores e luminárias de via pública com base NEMA 7 pinos); e
- **Tecnologia LED COB** (Chip on Board) como única tecnologia aceita para as luminárias de iluminação pública

São exigências extremamente **limitadas** sobre o certame.

### Exigência excessiva de grau de proteção IP67.

Tal exigência se mostra demasiadamente excessiva e tecnicamente inadequada por dois motivos:

**PRIMEIRO:** O grau de proteção IP67 se refere à **proteção contra imersão temporária em água**, o que não se aplica as luminárias que serão instaladas em postes, ou seja, fora de ambientes sujeitos à submersão.

A **própria Portaria INMETRO nº 62/2022** estabelece como grau de proteção mínimo o **IP66**, que já assegura proteção contra poeira e jatos potentes de água – sendo plenamente suficiente para instalações externas. O grau IP67 (proteção contra poeira e imersão temporária em água até 1 metro por 30 minutos) é destinado a equipamentos que efetivamente possam ser submersos ou operem em ambientes com risco permanente de enchimento/inundação (ex.: bombas submersas, sinalização subaquática).

**SEGUNDO:** As luminárias de iluminação pública são instaladas em postes a alturas entre 6 e 12 metros (ou mais), em posição elevada, nunca sujeitas a alagamento ou submersão. O risco real é apenas de chuva, poeira e umidade atmosférica.

O grau **IP65 ou IP66** atende plenamente às necessidades de proteção, conforme recomendações das normas ABNT NBR 5101 e IEC 60598-1 para luminárias externas.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar estas restrições e ilegalidades que maculam o certame, sendo considerada abusiva e restritiva.

Ocorre que tal exigência desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação.

Assim, requer seja corrigido tal exigência conforme prevê a norma Portaria INMETRO 62/2022 e normas ABNT NBR 5101 e IEC 60598 -1.

### **Da Tecnologia LED COB (Chip on Board)**

Embora a nova lei de licitações nº14.133/2021, permita a indicação de marcas ou modelos pela Administração Pública, desde que a justificativa seja formalizada dentro do processo administrativo e conste, expressamente, do edital de convocação é possível indicar em licitações desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização, escolha/vedação decorrente de motivos estritamente técnicos e que haja prévia justificção.

**Quanto à tecnologia LED COB** A tecnologia COB (Chip on Board, **esta defasada para iluminação pública externa** eis que apresenta vários problemas técnicos entres eles:

- **Ofuscamento (glare)** elevado devido à alta densidade luminosa em um único ponto de emissão;
- **Índices de falha superiores:** se um único chip falhar, todo o módulo apaga (falha catastrófica), diferentemente das tecnologias SMD ou de múltiplos LEDs discretos;
- **Dificuldades fotométricas:** distribuição luminosa menos uniforme e maior dificuldade de controle de feixes;
- **Aquecimento excessivo:** menor superfície de dissipação térmica, o que reduz a vida útil dos LEDs e exige dissipadores maiores (aumentando peso e custo);
- **Manutenção mais complexa e custosa:** impossibilidade de reparo parcial do módulo.

Esclarece que atualmete existem tecnologias alternativas modernas (SMD, High-Power LED com múltiplos chips ou módulos independentes) oferecem melhor eficiência energética, menor ofuscamento, maior uniformidade luminosa, maior confiabilidade e menor custo total de propriedade (TCO), mantendo ou superando os fluxos luminosos e ângulos exigidos no edital (80° x 140°).

Impugna-se a exigência o edital (**Termo de Referência e Planilha Orçamentária**), **para que seja alterado para o grau de proteção mínimo IP65/IP66 (ou equivalente); e Tecnologia LED SMD ou equivalente, desde que atenda aos requisitos fotométricos, de fluxo luminoso e vida útil especificados**, consideradas relevantes para o atendimento do objeto, de forma a garantir a legalidade e a transparência do certame, e ampla concorrência, com destaque à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

## DO DIREITO

Destarte, estamos na vigência da nova lei de licitações, inclusive prevista a elaboração do edital qual seja, Lei 14.133/21, que trouxe como regra os artigos 5º, art. 7, art. 8, art. 9º, art.18, § 1º, art. 62 inciso II, todos da lei 14.133/2021.

Tais omissões violam os referidos artigos citados acima da Lei 14.133/21.

Os princípios que regem as licitações públicas veem insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como na da Lei nº. 14.133/21, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

Trata-se de um dever do agente. Deve-se processar e julgar a licitação de maneira honesta, de acordo com os interesses da Administração Pública, possuindo um comportamento consoante com as regras de boa administração e com a idéia comum de honestidade no seu modo de proceder respeitando todos os princípios da Administração Pública e dos Processos Licitatórios:

- a. Princípio da Legalidade
- b. Princípio da Igualdade
- c. Princípio da Impessoalidade
- d. Princípio da Moralidade
- e. Princípio da Publicidade
- f. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório
- g. Princípio do Julgamento Objetivo
- h. Princípio da Proibição Administrativa

A lei NOVA de licitações, em seu **Art. 5º, e art. 9º inciso – I letra “a”** ao dispor sobre o edital e objeto licitado, previu expressamente que:

Assim prevê o **art. 5º da Lei 14.133/21 *in verbis***:

**Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).**

**Art. 6º, inciso XLIII** – definição clara do “objeto da licitação”.

**Art. 7º** Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos;

**Art. 8º** A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

;

Além do **art. 9º inciso – I, letra “A” da Lei 14.133/21** *in verbis*:

**Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:**

***I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:***

***a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;***

**Art. 18, caput e §1º – vinculação da Administração ao instrumento convocatório e dever de clareza quanto aos critérios de habilitação técnica;**

Portanto, qualquer vedação a que não disponha de motivação técnica/jurídica **suficiente a justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva.**

Ocorre que, tais exigências ofendem frontalmente princípios e diretrizes trazidas pela Lei de Licitações e Contratos, assim como entendimentos jurisprudenciais e doutrinários modernos e atualizados, além de restringir de forma injustificada a participação de inúmeros licitantes em potencial.

Ou seja, tem-se evidenciada uma restrição infundada, cujo direcionamento do certame será inevitável, o que é amplamente vedado pelos tribunais:

**REPRESENTAÇÃO. PEDIDO CAUTELAR, SUPOSTA IRREGULARIDADE CARACTERIZADA POR RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE CAUSADA POR DISPOSITIVO DO EDITAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DA LICITAÇÃO. REFERENDO. (TCU, ACÓRDÃO 432/2019 ATA 6/2019 - PLENÁRIO, Relator(a): RAIMUNDO CARREIRO, Data da sessão: 27/02/2019, #73201083).**

Devendo haver uma grande atenção em todas as suas cláusulas, visando evitar que seus vícios possam prejudicar o andamento do processo licitatório, **recomendando-se a obtenção de informações detalhadas de quem realmente entende do ramo do objeto que se deseja licitar**, visando definir corretamente as suas exigências observando-se, também, que não se deve esquecer do **tratamento de igualdade** que deve ser dado para todos os participantes e que a minuta do edital deve ser examinada previamente **pela assessoria jurídica** da administração, segundo exigência contida no artigo 53 §1º da Lei 14.133/21.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante **análise jurídica da contratação**.

§ 1º **Na elaboração do parecer jurídico**, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá.

O **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, também já se manifestou por diversos de seus Ministros, sobre as condições de igualdade, vejamos:

“...Por outro lado, **a igualdade de condições nas licitações é princípio de estatura constitucional** (art. 37, XXI CF). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações) e no art. 3 §1º, I art. 31, I da Lei nº 8666/93. **Por isso a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o processo licitatório.**

Ressoa evidente, nessa perspectiva, que a decisão administrativa não pode se fundamentar em considerações abstratas e genéricas.

Importante verificar em outros certames licitatórios de grande porte, a nível nacional, onde não houve restrição à ampla participação. Naqueles certames a

Administração conseguiu claramente obter a melhor e mais vantajosa proposta, com economia de aproximadamente 50% do valor estimado da licitação. Não há dúvida que o Edital, no formato atual, não vai atingir seu objetivo maior que é selecionar o menor preço.

Resta demonstrado que o edital feriu gravemente a competitividade do certame, motivo que exige a retificação do instrumento convocatório.

A tecnologia Chip On Board (C.O.B) está em desuso para aplicações de iluminação pública, sendo inclusive vetada em diversos editais recentes devido às suas limitações técnicas frente à tecnologia SMD, que é mais moderna, eficiente e amplamente adotada pelos principais fabricantes do setor.

Assim, apresenta o excerto de vedações em algumas licitações da tecnologia Chip On Board (C.O.B).

Se não vejamos:

**Pregão Eletrônico nº 012/2025 – CODEVAR (Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande):**

Justificou-se que a tecnologia COB apresenta limitações fotométricas e térmicas relevantes, exigindo maior número de luminárias para atender aos projetos, gerando desperdício de recursos públicos.

Também foram apontadas dificuldades no controle da dissipação térmica e na distribuição da luz conforme as normas técnicas.

A justificativa apresentada pela não aceitação da tecnologia Chip On Board (C.O.B), foi basicamente que:

*“Ocorre que a exigência da tecnologia Chip On Board (C.O.B) nada mais é do que um encapsulamento do LED, ou o chip fica em um único modulo, ficando junto com os LEDs, e ainda no ponto de vista técnico é maior a dificuldade de desenvolver sistemas ópticos para atender as vearias distribuições padronizadas pela tecnologia Chip On Board*



*(C.O.B) pois esta tecnologia exige maior quantidade de luminárias para atender ao projeto específico causando gasto desnecessário a verba pública. E o outro ponto técnico é a dissipação terminada da tende a ser prejudicial em termos de usabilidade e economia, pois o respectivo órgão terá uma substituição a curto prazo”.*

**Pregão Eletrônico nº 025/2025 prefeitura de Cabreúva/SP**

A justificativa apresentada pela não aceitação da tecnologia Chip On Board (C.O.B), foi basicamente que:

Justificou-se que a tecnologia Chip On Board (C.O.B) apresenta limitações fotométricas e térmicas relevantes, exigindo maior número de luminárias para atender aos projetos, gerando desperdício de recursos públicos.

E ainda a tecnologia Chip On Board (C.O.B) foi apontada dificuldade no controle da dissipação térmica e na distribuição da luz conforme as normas técnicas, pelo fato de estarem acoplados/agrupados, o que acarreta em uma alta concentração de calor em uma área reduzida, fato prejudicial em termos de usabilidade e economia, pois o órgão terá uma substituição a curto prazo.

**Pregão Eletrônico nº 012/2025 – Prefeitura de Vargem/SP:**

A justificativa apresentada pela não aceitação da tecnologia Chip On Board (C.O.B), foi basicamente que:

Após ampla pesquisa de mercado com fornecedores como Tecnowatt, Philips, Unicoba, GE, Ilumatic e Shreder, concluiu-se que nenhum deles utiliza tecnologia COB em seus produtos para iluminação pública.

Foram apontadas as seguintes desvantagens da tecnologia COB:

- 1) Queima total da luminária em caso de falha do LED (sem redundância);
- 2) Maior geração de calor e, portanto, menor vida útil;

- 3) Maior peso e tamanho das luminárias devido à necessidade de dissipadores robustos;
- 4) Rápida depreciação do fluxo luminoso;
- 5) Maior risco de ofuscamento e menor adequação às normas de iluminação viária.

Obs: Não sendo recomendada para iluminação pública viária.

Aqui a tecnologia Chip On Board (C.O.B), encontra-se um ponto que deve ser revisto pela comissão de licitação.

Desta forma apresenta-se a justificativa para a utilização do LED SMD:

Vantagens técnicas da tecnologia SMD em relação à COB:

- **Redundância:** queima de um LED não compromete os demais;
- **Melhor dissipação térmica:** maior vida útil e menor depreciação luminosa;
- **Melhor controle fotométrico:** maior precisão na distribuição da luz;
- **Facilidade de manutenção:** módulos substituíveis com menor custo;
- **Maior aderência à ABNT NBR 5101:2022:** melhor uniformidade, menor ofuscamento;
- **Versatilidade no design:** adaptação a diferentes geometrias de luminárias;
- **Menor risco de falhas térmicas/elétricas:** maior confiabilidade;
- **Melhor custo-benefício no longo prazo.**

O impugnante esclarece que as exigências tecnologia Chip On Board (C.O.B) para as luminárias pode restringir a competição e causa prejuízo ao erário.

No mesmo sentido é o teor da Súmula nº 473 do STF: “A Administração pode anular seus próprios atos (...) ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Os Tribunais de Justiça e as jurisprudências, além de considerar ilegal entende que o futuro contrato administrativo padece de nulidade absoluta e, mais grave,

que o gestor que, através deste expediente, dolosamente frustra a competitividade do certame, comete improbidade administrativa (além de delito penal, *ex vi* do art. 178/art. 337, da Nova Lei de Licitações):

#### **DA SEGURANÇA JURÍDICA DO ARTIGO 5º, INCISO XXXVI.**

Não obstante a Segurança Jurídica é amplamente resguardada pela CF/88 no seu art. 5, inc. XXXVI, o qual preconiza a administração a respeitar o ato jurídico perfeito.

A administração pública, tem limites no seu poder de atuar, sob pena de ferir um dos princípios que é basilar no sistema constitucional brasileiro, o da Segurança Jurídica.

Ademais, existem limites lógicos, antológicos e semânticos que o administrador público não pode transpor, sob pena de agredir o mais fundamental dos princípios.

Contudo, os cidadãos brasileiros, sentem-se amparados e confiantes na aplicação das normas no sistema jurídico, desde que seja respeitado o Princípio da Segurança Jurídica.

É dever da Administração exercer a supervisão de seus atos, no sentido de coibir e corrigir eventuais disparates, de forma célere e com vistas a evitar reflexos negativos àqueles envolvidos com a sua atuação, com destaque à sociedade.

Certamente que a ilegalidade apontada impactou negativamente no processo licitatório em andamento.

Diante de todo o exposto, requer seja dado provimento a presente impugnação.

Não há dúvidas de que tais exigências e contradições violam o princípio da legalidade na medida em que contrariam expressa disposição legal, bem como princípios norteadores do processo licitatório, haja vista restar aniquilada a igualdade de condições entre concorrentes, em inequívoca afronta à isonomia.

Da mesma forma, é certo que inúmeras empresas aptas à consecução do objeto contratual estarão impedidas de participar da competição no processo licitatório.

#### **DO PEDIDO**

Pelo exposto espera e requer a Vossa Senhoria a PROCEDÊNCIA da presente IMPUGNAÇÃO para que seja modificado o Edital, excecando de seu edital as exigências citadas nesta impugnação sob pena de grave restrição ao princípio da competitividade, para garantir a competitividade do processo licitatório, hoje prejudicada, restabelecendo a competitividade do certame.

E ainda, **Requer**, a reforma do Edital em epígrafe, para o grau de proteção mínimo IP65/IP66 (ou equivalente); e tecnologia LED SMD ou equivalente, desde que atenda aos requisitos fotométricos, de fluxo luminoso e vida útil especificados ou, caso seja outro o entendimento, seja este anulado, dado o vício nele contido, possibilitando assim a manutenção da lisura e legalidade do certame.

Nestes Termos  
Pede Deferimento.  
Barueri, 15 de abril de 2026.

**ALPER ENERGIA LTDA**  
CNPJ: 09.388.615/0001-01

**ROBERSON FIGUEIREDO DAS SILVA**  
OAB/PR 57.083